

## JUVENTUDE RURAL E MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

**Robinzon Piñeros Lizarazo<sup>1</sup>**

*robinzonp@gmail.com*

**Antonio Thomaz Junior<sup>2</sup>**

*thomazjrgeo@terra.com.br*

**RESUMO:** Esse trabalho visa discutir a relação entre a mobilidade do trabalho e a juventude rural no século XXI. Por dentro desse processo propomos debater as complexas tramas do fenômeno da mobilidade do trabalho da juventude rural no âmbito das (des) identidades do trabalho enquanto reflexo do *impasse de classe*. Isto é, a decisão que defronta o sujeito ao ter que negar/afirmar o seu modo camponês/familiar de reprodução social para se proletarizar, fato atrelado ao *movimento territorial de classe da classe trabalhadora* como expressão geográfica da plasticidade do trabalho. A análise da mobilidade se apresenta como componente da reestruturação produtiva do capital, com evidentes desdobramentos para a classe trabalhadora. Com esse intuito, apoiamo-nos na perspectiva de análise da *captura da subjetividade*, a qual coloca o sujeito na trama do capitalismo contemporâneo e suas formas de dominação através das inovações sócio-metabólicas. Os apontamentos finais sinalizam a juventude como mais uma categoria da interseccionalidade de classe, junto às de sexo/gênero, raça, etnia, o que potencia uma utilização e combinação destas, ora como instrumento analítico, ora de luta política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude rural - Mobilidade territorial do trabalho - Captura da subjetividade. Agrohidronegócio, América Latina.

### INTRODUÇÃO

Os estudos sobre juventude e trabalho, ou melhor, as relações que se materializam nesse ambiente de realizações, durante o século XX e XXI, têm atraído mais interessados ao entendimento dos jovens urbanos. Com o interesse focado nos jovens rurais, sejam assalariados, camponeses, castanheiros, indígenas, quilombolas etc., nossas atenções requerem reflexões para que os situemos no âmbito da contradição capital-trabalho e da questão agrária na América Latina, com especial atenção para o Brasil. Isto é, nos desdobramentos para os trabalhadores jovens que fazem parte da reorganização do espaço produtivo pelo capital no campo, e se inserem nos processos migratórios do trabalho para o capital. Com base em

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia FCT/UNESP/Presidente Prudente; Bolsista FAPESP; Pesquisador CEGeT/CETAS.

<sup>2</sup> Prof. dos Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador: CEGeT/CETAS; Coordenador de Projeto Temático/FAPESP; Pesquisador PQ-1/CNPq.

estudos anteriores, a pretensão é aprofundar entendimentos sobre os desdobramentos do mesmo processo e suas diferentes territorialidades, ou seja, Brasil e América Latina. Para tanto, referenciamos-nos nas postulações gerais de pesquisas complementares, como o Projeto Temático, em execução, e que nos têm possibilitado situar a realidade laboral e de vida do jovem rural, inserido na órbita dos Assentamentos Rurais, oriundos da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema (SP)<sup>3</sup>, e pesquisa de doutorado focada nos jovens rurais vinculados ao trabalho nas plantações de dendê na Colômbia<sup>4</sup>.

Com esse intuito, na primeira parte apresentamos revisão geral da abordagem acadêmica através de artigos e livros dos estudos sobre jovens rurais, fazendo um levantamento e análise das temáticas de trabalho, êxodo e migração. Na segunda parte, colocamos apontamentos para compreendermos as relações sociais e lutas as quais está atrelada à categoria analítica de juventude, sinalizando-a como uma das categorias da interseccionalidade de classe, junto ao gênero, raça e etnia.

## **A JUVENTUDE RURAL SOB O OLHAR ACADÊMICO**

Um dos estudos mais importantes e com abrangência na América Latina é o “Estado da arte das pesquisas sobre juventude rural na América Latina” (KESSLER, 2005). Segundo o autor, a definição de juventude rural contém vazios teóricos produto do pouco interesse dos pesquisadores, além do que existe uma invisibilidade desta população nas políticas públicas. Ainda assim, a juventude rural compartilha com a juventude urbana no âmbito da pesquisa, a aproximação analítica sequenciada pelas determinações etárias e biológicas, o que tende a se manifestar em pesquisas que coisificam a faixa etária definida tanto pela lei, quanto pelas determinações biológicas que a encaixam como uma fase de transição denominada adolescência ou juventude.

---

<sup>3</sup> Projeto Temático "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de Trabalho, Conflitos e Formas de Uso da Terra e da Água, e a Saúde Ambiental" (Processo FAPESP: 2012/23959-9) sob coordenação do professor Antonio Thomaz Junior.

<sup>4</sup> Projeto de pesquisa “Mobilidade territorial do trabalho e a captura da subjetividade de jovens em territórios de produção de agrocombustíveis no departamento de Meta (Colômbia) e no pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil)” (Processo FAPESP: 2015/10470-0), bolsista Robinzon Piñeros Lizarazo, sob coordenação do professor Antonio Thomaz Junior.

Nesse cenário, a principal crítica feita para estas lacunas e definições homogeneizantes é o desconhecimento das condições históricas, sociais e territoriais onde os sujeitos jovens se (re) produzem. Tais condições no caso do campo estão ancoradas nas contradições próprias da questão agrária: tipos de trabalho familiar e coletivo, espoliação de recursos naturais, luta pela terra, desterroamento, proletarização, dominação e resistência no cenário da modernização técnica/tecnológica proposta pelo capital, mudanças no uso da terra, desconhecimento ou desconsideração do campesinato na produção de alimentos, criminalização dos movimentos sociais, etc.

No entanto, mesmo interagindo no mesmo contexto com crianças e adultos, os jovens são atingidos por condições específicas, atreladas a diversos aspectos. Por exemplo: dificuldades legais e familiares para a posse, herança e exploração da terra, sua significativa participação nos movimentos migratórios pelos campos e cidades para se assalariar, maior interesse e participação na educação secundária e pós-secundária que os leva a se deslocar à procura da continuidade dos estudos, elevadas taxas de gravidez antes dos vinte anos, dentre outras. Todos esses aspectos e situações concretas colocam os jovens na condição social de defrontarem individualmente as contradições no que se refere à sua identidade camponesa, atreladas às condições de gênero e idade (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998; KESSLER, 2007; CASTRO, MARTINS, *et. al.*, 2009).

Essas condições diversas e adversas se mostram conturbadas e dificultam compreender o que está acontecendo com os jovens e, ao mesmo tempo, com as condições específicas particulares dos territórios onde eles estão interagindo. Nesse particular, temos os estudos realizados por Castro (2009) no Brasil, tentando examinar essas condições particulares da juventude no contexto rural através do notado interesse da academia nas últimas décadas. A esse respeito, a autora afirma que ainda que, ainda que tenha aumentado a quantidade da produção acadêmica sobre juventude rural, desde os anos 1990, essa categoria social ainda apresenta influência determinista, vinculado à solução de problemas e expectativas sociais alheias, por isso “a categoria tende a ser constantemente adjetivada, sem que se busque a auto-percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como ‘jovens’” (p. 181).

E conclui que para além dessa representação exógena eles emergem como um sujeito social:

[o] jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor familiar,

acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos (CASTRO, 2009, p. 5)

Castro (2009) coloca em destaque o sujeito social para superar a aparente linearidade expressa nas definições que se vinculam na produção externa do sujeito, por meio das determinações produzidas pelas estruturas sociais, econômicas, políticas e/o culturais. A proposta da autora é compreender o sujeito como uma produção social. Em nosso entendimento isso é possível só de maneira **relacional**, enfatizando a dialética existente entre indivíduo/sociedade, segundo o materialismo histórico. Assim, cabe retomar Marx para pensarmos que o indivíduo é uma produção histórica que acontece só na sociedade (*zoon politikon*), configurando as condições políticas para se individualizar, e desse modo ter o raciocínio para se posicionar frente à sua realidade social como sujeito de classe.

Esse apontamento possibilita compreendermos que a juventude rural é um sujeito social (re)produzido numa sociedade determinada historicamente pelo metabolismo do capital. Posicionados nesse plano, na produção acadêmica a respeito da juventude rural, poderíamos distinguir eixos de análise que restabeçam a relação entre modo de vida camponês (BARTRA, 2011) e a mobilidade do trabalho dos jovens camponeses para o capital (GAUDEMAR, 1977). Essa perspectiva aprofunda outro elemento para se compreender os processos de avanço do capital nos territórios camponeses, através do assalariamento dos seus jovens fora do âmbito da produção familiar. Assim sendo:

[o]s jovens rurais saem da condição de apenas filhos de agricultores e tornam-se categoria significativa nos estudos rurais, associada a algumas problemáticas específicas, tais como o êxodo rural e a migração (CASTRO et al., 2009, p. 56).

A mobilidade territorial da juventude da classe trabalhadora é produto do êxodo e da migração atrelados às interseções da condição de ser filho de camponês (e suas múltiplas realidades individuais, familiares e coletivas), com o trabalho subordinado à hierarquia da divisão familiar do trabalho, ao interesse de sair do sítio familiar para se assalariar, constituir uma nova família e/ou estudar, e, também atinge à reversibilidade, isto é, a decisão de ficar ou voltar para participar da divisão do trabalho familiar e a subsistência no lote ou sítio.

A mobilidade territorial da juventude se manifesta através do êxodo e na migração em diferentes escalas. Assim mesmo, atrela-se às interseções da condição de ser filho de camponês (e suas múltiplas realidades individuais, familiares e coletivas) com o trabalho

subordinado à hierarquia da divisão familiar do trabalho, ao interesse de sair do sítio familiar para se assalariar, constituir uma nova família e/ou estudar, e, também atinge à reversibilidade, isto é, a decisão de ficar ou voltar para participar da divisão do trabalho familiar e a subsistência no lote ou sítio.

Já, no caso específico da mobilidade territorial dos jovens rurais no Brasil, têm estudos que relacionam as dimensões demográficas com o avanço do capitalismo no país através da urbanização da população. Camarano e Abramovay (1999) apontam que desde os anos 1990, no Brasil, a maioria dos migrantes que saíram do campo, ora para a cidade, ora para outras regiões de exploração agropecuária, extrativa etc., foram os mais jovens, com maior proporção das mulheres jovens (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998, p. 14).

Diante isso, as diferenças de gênero estão sinalizando uma maior quantidade de homens que ficam no campo, o que não significa que estejam imóveis no seu lugar de origem, já que se movimentam diferencialmente entre regiões e estados, configurando uma mobilidade campo-campo, expressiva no número de migrantes homens que saíram entre 1990-1995. Destes, o 54,6% eram do Nordeste, tendo como um dos principais destinos os canaviais de Riberão Preto e do Oeste Paulista para trabalharem no corte de cana-de-açúcar (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998, p. 12).

Embora, essa mobilidade por procura de emprego no corte da cana vai se expandir-contrair nas décadas posteriores devido ao processo de mecanização, a expansão territorial das unidades do capital agroindustrial canavieiro para o Centro Oeste e Centro Sul vai manter o corte manual (THOMAZ JUNIOR, 2009; OLIVEIRA, 2009). O fato de ter maior quantidade de jovens mais novos migrando para os territórios do capital do agrohidronegócio, leva-nos a definir nossas reflexões ao respeito dos coletivos que compõem a classe trabalhadora e suas características sociais e culturais, sendo que esses coletivos são inseridos como valor de troca através das formas renovadas da “hegemonia do capital, articulando, de modo original, *coerção capitalista e consentimento do trabalhador*” (ALVES, 2007, p. 167, grifo do autor).

Temos, então, uma realidade complexa que está demonstrando as redefinições da plasticidade do trabalho e as formas de controle do mesmo, focados em um período do ciclo vital da mercadoria força-de-trabalho: a juventude. Com esse intuito tentamos desvendar as contradições que defrontam a classe trabalhadora nas últimas décadas por conta do avanço do capital no campo e florestas nativas, expropriando e subordinando ao campesinato e outros

sujeitos sociais de áreas rurais atingidos em diferente medida pelo capital (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.).

Neste cenário, temos que a capacidade de migrar dos jovens rurais brasileiros é uma característica compartilhada com outros jovens da América Latina (BARTRA, 2011; PIÑEROS, 2014), pois a territorialização do capital no campo está se intensificando e levando-lhes a se proletarizarem não só nas cidades, mas também nos campos, ou nos territórios das cadeias globais do agrohidronegócio, e outras formas de exploração capitalista no meio rural, sobretudo nas atividades de mineração, turismo, lazer, comércio etc. É por isso que precisamos refletir sobre a exploração do trabalho dos jovens rurais como parte da mobilidade territorial da força-de-trabalho para o capital, expediente que reflete sobre o “metabolismo social e suas referências espaciais, nas diferentes escalas, diante dos novos padrões de acumulação de capital” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 46)

## JUVENTUDE E DINÂMICA TERRITORIAL DO TRABALHO

A relação que circunscreve à juventude rural às realidades da reestruturação produtiva dá sustentação à tese da centralidade do trabalho, baseada na relação ontológica homem-natureza, atravessada pela exploração e dominação protagonizada pelo capital. Sob esse referencial teórico tentamos dar conta do metabolismo do capital e as possibilidades emancipatórias tecidas na materialidade das contradições e das práticas da classe trabalhadora. Essa posição nos leva a assumir uma metodologia específica para nos aproximar daquelas práticas como ponto de encontro com as forças vivas dos homens e mulheres que trabalham, e, ao mesmo tempo, que vivenciam os embates do capital para induzi-los à concorrência no mercado de trabalho, também têm oportunidade de protagonizar as lutas coletivas de resistência e emancipatórias.

No caso dos jovens rurais é importante considerar a heterogeneidade dos seus relacionamentos com o mundo do trabalho (KESSLER, 2007, p. 16). Algumas formas dessa heterogeneidade se materializam em: a) trabalho familiar não remunerado/remunerado; e, b) proletarização total ou parcial em empregos rurais ou urbanos em diferentes atividades econômicas como indústria, agroindústria, turismo, e/ou comércio de bens e serviços. A alternância dessas opções têm diversos desdobramentos que só poderão ser compreendidas territorialmente, tendo em conta a alta rotatividade em empregos (mormente precários) em

atividades sazonais, temporárias. Mesmo assim temos que nos atentar nas estratégias individuais dos jovens para avaliá-las como optativas, de transição ou definitivas.

Também comparece a disponibilidade para se deslocar, sendo, pois, isso uma das “qualidades” ou “atitudes” que têm os jovens rurais para se acomodar aos embates do mundo do trabalho. Mas, pode-se afirmar que a naturalização da condição de migrante esconde uma construção hegemônica que atinge à capacidade de movimentar as forças vivas para o trabalho assalariado, aprimoradas pelas condições de precarização e flexibilidade. Hoje a juventude rural se envolve nesta lógica da mobilidade territorial, colocando-se como força de trabalho em movimento, seja no território ou entre territórios, seja entre categorias, com aparentes características adaptativas altamente valorizadas pelas companhias.

Embora, essa movimentação entendida como fluxos de migração/êxodo/mobilidade, não seja apenas na direção histórica campo-cidade. Também abrangem o deslocamento campo-campo e cidade-campo à procura de empregos nos territórios do agrohidronegócio, expediente que cresce nas últimas décadas devido às políticas do Estado que encontram nesse modelo uma estratégia para o desejado crescimento econômico e desenvolvimento rural através da mobilidade/territorialização do capital.

Esses deslocamentos também estão relacionados com as ações específicas sobre a luta pela terra, protagonizada pelos movimentos sociais que mobilizam proletários e desempregados, autônomos, moradores das periferias urbanas (MARQUES, 2008; THOMAZ JUNIOR, 2013). Assim como, pelas lutas pela permanência na terra, expresivas da plasticidade do trabalho para se manter como camponês, diarista, assalariado etc., ao mesmo tempo que participa de movimentos sociais, associações de assentados, ou se insere em práticas de agricultura agroecológica, orgânica etc.

Nesse cenário, os jovens camponeses e de comunidades tradicionais se confrontam como sujeitos sociais as habilidades manipulatórias do capital reestruturado, as quais Chesnais (1996) situa no âmbito da liberalização do capital produtivo, causando exacerbação de sua mobilidade e sua “capacidade intrínseca (...) de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir” (p. 28).

Os desdobramentos desse processo se observam no aumento das probabilidades dessas populações para se proletarizar e se subordinar ao capital rearranjado no campo, seja através do desterreamento/espoliação violenta das terras camponesas e de comunidades tradicionais, seja da persuasão ou chantagem de comunidades e/o populações para acreditarem

no “progresso” prometido pelo investimento do capital em seus territórios (agrohidronegócio e mineração).

Nessa dinâmica somam-se os desdobramentos da questão agrária não resolvida em vários países da América Latina, a qual elenca outras dificuldades para os jovens acederem ao trabalho na terra, atreladas a fatores familiares como a herança legal e familiar da terra, econômicos no tocante ao financiamento, e o reconhecimento como beneficiários não tutelados pelos pais nas políticas públicas. Além disso, a hegemonia cultural da cidade e o consumo afetam o campesinato e outros sujeitos sociais, através dos estereótipos culturais espelhados pela mídia e materializados no consumo de mercadorias e dos padrões da vida urbana que alicerçam o assalariamento dos jovens. Temos assim, em plena atuação outros mecanismos que estranham a identidade camponesa para subsumi-la ao consumo e à negação de sua herança de classe, realizando-se através do dinheiro (próprio ou da família) produto da venda da força de trabalho na esfera da produção e distribuição.

Nesse intuito, é a juventude um dos sujeitos sociais que se encontra no centro do turbilhão do modo civilizatório do capital e defronta com maior intensidade as consequências do *impasse de classe*<sup>5</sup>, referente à negação individual ou coletiva do “modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem” (THOMAZ JUNIOR, 2006, p. 137)

Adentrando nisso, podemos dar conta de fatores subjetivos que interferem nesse *impasse de classe* e se apresentam como conflitos geracionais que justificam as aspirações de se deslocar, de migrar (PIÑEROS, 2014; CASTRO, MARTINS, *et al.*, 2009). Um dos mais importantes é a representação do trabalho da/na terra familiar, considerado por muitos deles como fatigante e monótono, ou tendo em perspectiva a condição de gênero, muitas das mulheres jovens entendem esse trabalho hierarquizado como uma das causas que as expulsa ou as relega. Por outro lado temos aqueles que não percebem retribuição econômica, pois a renda é apropriada hierarquicamente pelos adultos (pais e irmãos mais velhos); no caso das mulheres, mostram-se as forças da dominação patriarcal ainda muito persistentes. Além do mais, o distanciamento do modo de vida camponês é reforçado pela educação rural que

---

<sup>5</sup> Compreendemos o *impasse de classe* em seu duplo significado, expressando a dialética indivíduo/sociedade: a) como uma determinação estrutural, expressada como uma situação que obriga, e cuja saída ou resolução é praticamente impossível ou muito difícil, e b) como sinônimo de “dilema” defrontado, e razoado pelo indivíduo.



procura formar força de trabalho para o capital, produzindo nos sujeitos o desejo do mundo urbano, consumo e individualização, o que ao final alicerça o deslocamento.

Essa incerteza de se manter como camponês, virar produtor familiar ou sair para se assalariar nos centros urbanos ou nos empreendimentos do agrohidronegócio está produzindo novas e diversas fragmentações no interior da classe, sobretudo, acrescentando a mobilidade territorial da força-de-trabalho. Conceituando esse processo Thomaz Junior (2012) propõe analisá-lo como *movimento territorial de classe da classe trabalhadora*, que “[...] é, pois, a expressão geográfica da plasticidade do trabalho. Conceito, aliás, que nos têm permitido entender as (re)existências e as (des)realizações das diferentes formas e manifestações dos homens e mulheres que trabalham” (THOMAZ JUNIOR, 2012, p. 7).

Nesse intuito o movimento territorial de classe se desdobra nas experiências vividas dos sujeitos no mundo do trabalho, metamorfoseando-se como (des) realização de classe; não só em suas formas desumanizantes, também nas lutas pela terra ou pelo trabalho digno. Porém, no caso da juventude rural precisamos desvendar o processo que opera através das motivações subjetivas e os embates de classe que a induz a percorrer os territórios do capital à procura de emprego. Nessa perspectiva pretendemos compreender os desdobramentos territoriais nas formas como eles estão defrontando e conduzindo sua trajetória no mundo do trabalho: a rotatividade entre a condição de empregado/desempregado, as causas e condições de seu deslocamento do lar, a vivência da degradação e controle do trabalho e, muito importante, as formas como eles, mesmo desterritorializados, mantêm os vínculos com a família de origem.

## JUVENTUDE E CENTRALIDADE DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

Baseamos nossa interpretação em concordância com Castel (2010), em torno das diferenças que atingem as gerações no seu relacionamento com o mundo do trabalho. A geração é entendida pelo autor como experiências dos sujeitos segundo o tempo social e histórico nos quais as vivenciam. Assim, os mais velhos, especialmente das cidades, experimentaram um mundo do trabalho onde, em aparência, tinham mais certezas, pois existia uma proteção institucionalizada orientada pelas políticas de desenvolvimento que imitavam o Estado de Bem-Estar social. Em consequência, essas políticas abrangeram só uma porção da classe trabalhadora com emprego formal, alavancando a experiência de linearidade na trajetória

laboral. Ao contrário dos seus antecessores, os jovens contemporâneos experimentam com mais intensidade as incertezas do mundo do trabalho, a começar pela fragilidade da durabilidade do emprego/desemprego, o que tem desafiado as expectativas protetivas e de segurança/estabilidade. Nesse sentido, a ruptura descrita é produto da reestruturação produtiva do capital, com expressões estruturais como o desemprego e o aprofundamento da degradação das condições de trabalho.

O desemprego estrutural tanto urbano quanto rural, afeta com mais intensidade os jovens (Tabela 1), sendo que em 2011 os dados mundiais de desemprego (em milhões e em taxa) evidenciam maior taxa de jovens desempregados na faixa etária entre 15-24 anos (12,4%) ou 72,6 milhões, em comparação com os mais velhos que tinham taxa de desemprego de 4,5%, respectivamente, 119,7 milhões. Nesse cenário, o Brasil, no mesmo ano 2011 superava a média mundial de desemprego jovem com 13,3% (OIT, 2013, p. 94).

	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Desemprego juvenil (milhões)</b>	69,9	70,4	75,6	74	72,6
<b>Desemprego Adultos (milhões)</b>	99,8	104,4	120,7	120	119,7
<b>Total desempregados (milhões)</b>	169,7	174,8	196,4	194	192,3
<b>Taxa de desemprego juvenil (%)</b>	11,5	11,7	12,7	12,5	12,3
<b>Taxa de desemprego adultos (%)</b>	4	4,1	4,6	4,5	4,5
<b>Taxa de desemprego total (%)</b>	5,4	5,5	6,1	6	5,9

Fonte: OIT, 2013

Tabela 1. Desemprego mundial e taxas mundiais de desemprego, jovens (15-24), adultos (25+) e total (15+), 2007-2011

De fato, ao desagregarmos os dados da faixa etária denominada de jovem pela OIT (15-24), temos que há um notável afastamento do mercado de trabalho dos jovens mais novos (15-19 anos), como consequência da proteção social através da legislação trabalhista, ora internacional como são as convenções da OIT (por exemplo, a C-138 que versa sobre a idade mínima para a admissão a emprego), ora nacional. Além disso, as políticas educacionais têm propiciado a ampliação da escolaridade obrigatória da população rural e urbana, decorrente disso, houve uma separação das crianças e os jovens mais novos (15-18 anos) do mercado de trabalho. Se bem que existe regulamentação estatal sobre jovens e o ingresso ao mercado de trabalho, as condições sociais que defrontam, oferecem diversos perfis de trabalho

atravessados pela fragilização do vínculo empregatício e, conseqüentemente, das trajetórias de vida.

Diante disso, salienta-se que a relação dos jovens contemporâneos com o mundo do trabalho está circunscrita às condições de sobre-exploração e precariedade. Os desdobramentos dessas condições são a alta rotatividade em atividades assalariadas e não assalariadas<sup>6</sup>, atravessadas por condições de contratação precárias, em tempo parcial, temporárias, sazonais, ocasionais, por conta própria, franqueadas ou domésticas.

A elevada rotatividade própria dos trabalhadores hifenizados (BEYNON, 1994) no caso dos jovens, tem outra característica, isto é, além de terem índices mais altos de desemprego, apresentam menor tempo médio de desemprego, condição da qual resultam tipos de precariedade caracterizada por pulos entre empregos e categorias, assim como pelo alto grau de “autonomia”. O que podemos analisar é que há uma extrema individualização, na qual se desmancha o sujeito e suas possibilidades de resistência através de formas coletivas como os sindicatos e movimentos sociais, à exploração e desterreação produzida pelo capital.

Nessa condição comparecem as formas de trabalho atípico nomeadas popularmente como “bicos” ou “trampos”<sup>7</sup> que para os jovens urbanos são as ocupações de tempo parcial, sem contrato, em lojas de comércio, restaurantes, lanchonetes, assim como moto-taxista ou motoboy. No campo, aparecem através de diferentes tipos de “diárias” que engajam trabalho jovem, seja como integrados ou diretamente como assalariados/diaristas, também os contratos sazonais nas lavouras do agrohidronegócio.

O caso dos jovens expõe a importância que tem para o capital a precariedade de grupos sociais que em nível de aparência são marginais, entre os quais estão as mulheres, e os migrantes, entre outros. Assim, o trabalho precário não é mais uma figura marginal de “suporte à produção”, tendo em vista que no Século XX é parte central das formas de estranhamento da classe trabalhadora (VASSAPOLO, 2007, p. 93).

A produção flexível da fase atual do capitalismo se baseia na “mobilidade, flexibilidade e precarização da força-de-trabalho” (VASSAPOLO, 2007, p. 95), o que significa que há uma contínua transformação por conta da diminuição do emprego com garantias de direitos sociais e trabalhistas. Com a perda das garantias e a tendência à desfiliação de

---

<sup>6</sup> Nessa rotatividade dos jovens emergem condições de não estudo e não trabalho, as quais têm dado para serem conceituados de “geração Nem-Nem”, nem estuda, nem trabalha.

<sup>7</sup> Alguns dos nomes para os trabalhos atípicos que, sobretudo, envolvem jovens em outros países são. Em Portugal: ganchos, tachos e biscates; Espanha: chollos, chapuzas y changas; Colômbia: camello, chamba.

sindicatos e partidos, a plasticidade do trabalho é transformada continuamente pela força de coação e sedução do capital, constituindo entre a juventude uma diversidade de trajetórias de classe. Em outras palavras, o que acontece é a intensificação do *turnover*, os pulos entre funções, setores produtivos, emprego desemprego/emprego, emprego/formação, desemprego/formação.

Nosso interesse volta-se a essa diversidade e seus desdobramentos na juventude rural que está no alvo da exploração do capital, pois a relação com o trabalho, assim como com a educação, é distinta dos jovens urbanos. Além disso, privilegiamos a compreensão da fluidez e rapidez com que esses jovens interagem no mundo do trabalho, com uma diversidade de deslocamentos para os territórios do agrohíbrido. Essa dinâmica territorial do trabalho tem notável expressão no sul global com o aumento de *commodities* para a produção de alimentos e/ou agrocombustíveis (soja, cana-de-açúcar, sorgo, milho, palma azeiteira/dendê etc.), assim como a mineração e o controle/comércio de água, encurralando a produção camponesa e a soberania alimentar.

Isto é, a juventude rural está inserida no controle do trabalho nos territórios do capital “à mercê do mercado” (GAUDEMAR, 1977, p. 194). Para ter uma ideia geral da relação da força-de-trabalho jovem com a territorialização do capital no sul global (Figura 4) são apresentadas as informações da proporção de jovens mais novos (15-24 anos) em relação ao total da população<sup>8</sup>. Em comparação com a África e a Ásia, os países da América Latina têm menos jovens rurais, produto da urbanização da população no século XX. Apesar disso, todos esses expressam uma notável importância como força-de-trabalho, localizada e disponível, passível de ser inserida nos processos de controle e mobilidade alavancados pelo capital do agrohíbrido e outros setores econômicos territorializados no campo, nomeados de não agrícolas (turismo, serviços pessoais, comércio etc.). De fato, no caso do Brasil, esse interesse na juventude comparece na mudança da faixa etária da força de trabalho rural no Brasil, sendo que esse sujeito social compõe atualmente, em grande medida, o grupo de assalariados rurais, ou seja, segundo o relatório do DIEESE (2014), os 58% dos assalariados rurais têm até 39 anos de idade (p. 22-23).

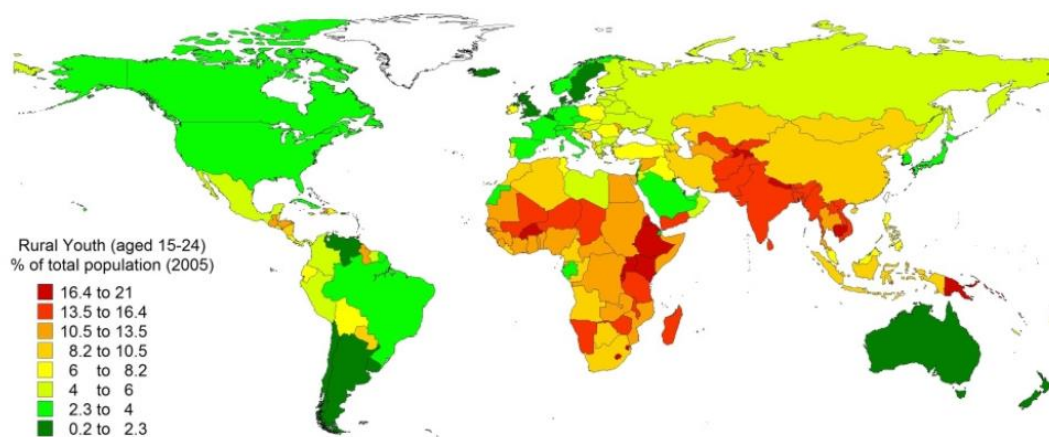
---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que a juventude como faixa etária, segundo as instituições multilaterais como a CEPAL e UNESCO, vai pelo menos até os 29 anos. Por esse motivo denominamos a faixa etária 15-24 anos como os jovens mais novos.

Da mesma maneira, a precarização da juventude rural tem implicações no processo de ruptura da memória de luta e sociabilidades coletivas, como colocado por Alves (2011) produzindo uma reestruturação da classe trabalhadora por via das *inovações geracionais* do trabalho vivo. Isso ocorre por meio da

[...] destruição (e reconstituição) de coletivos compostos por trabalhadores e trabalhadoras de determinadas faixas etárias e com determinados acervos de experiências de vida e de luta de classes, sendo portadores de determinados valores morais e sociais. (ALVES, 2007, p. 198).

1.



Fonte: (FAO, 2010, p. 10).

Figura 1. Juventude Rural de 15-24 anos, como porcentual do total da população em 186 países (2005)

Em síntese, as trajetórias laborais dos jovens rurais e seus desdobramentos territoriais conformam as diversas formas da mobilidade de força-de-trabalho para o capital. Os autores que utilizamos para nos referenciar (PIÑEROS, 2014; OSORIO; JARAMILLO; ORJUELA, 2011; KESSLER, 2007; CASTRO et.al., 2000; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998) nos fornece elementos e referenciais para admitirmos pelo menos de três tipos de mobilidade territorial do trabalho: a) campo-cidade: os jovens saem para as cidades (nacionais ou internacionais) para trabalhar ou estudar, b) campo-campo inter-regional: os que percorrem distâncias longas para trabalhar no agrohídronegócio (formais, temporários, informais etc.) e c) campo/cidade ou campo/campo local: os que moram em áreas urbanas e rurais próximas de cultivos e/ou unidades de processamento agroindustrial e se assalariam em atividades afins.

Porém, as trajetórias dos jovens rurais validam a prioridade de compreendermos a mobilidade como movimento territorial de classe, balizado pelas formas de espoliação do trabalho, da terra, da água e dos recursos naturais, pelo capital. Dessa forma, nos deslocamentos humanos se relacionam indistintamente processos econômicos, políticos, culturais e sociais que (re)produzem a classe trabalhadora, tanto no rosto da sua exploração, quanto das suas resistências<sup>9</sup>.

## A JUVENTUDE COMO INTERSECCIONALIDADE DE CLASSE

Temos explicitado alguns resultados preliminares da nossa pesquisa sobre as relações entre a juventude rural e a mobilidade territorial do trabalho no século XXI. Nosso principal apontamento é que a juventude rural está constituída por sujeitos que fazem parte da classe trabalhadora, por conseguinte, temos que dar conta das formas como é atingida pelo sociometabolismo do capital.

Com esse intuito teremos que proceder a análise sociohistórica da construção social da juventude rural determinada pela contradição capital x trabalho. Temos como referência nessa temática os estudos críticos de juventude, os quais analisam as formas culturais, políticas, sociais e econômicas que produzem o sujeito de classe. Podemos adiantar que no caso da América Latina, através dos discursos desenvolvimentistas para a agroindústria em meados do século XX, orientados pelas instituições multilaterais, financiadas e/ou afinadas aos interesses dos Estados Unidos (FAO, IICA, USAID etc.), uma identificação da juventude rural (MARIN, 2009, p. 650). Concomitante disso, criaram-se algumas políticas públicas, reconhecendo a juventude como um sujeito social específico, por exemplo, com a criação e/ou ampliação de segmentos do sistema educativo rural com o objetivo de escolarizar ou qualificar força-de-trabalho.

Com esses antecedentes confirmamos a presença da juventude na lógica do avanço do capital a definição e exploração dos *ciclos vitais da mercadoria força-de-trabalho*. Exploração concretizada no conflito de gerações da classe trabalhadora. Ideia que aparece em Mészáros (2011) sobre a *geração útil*, aquela faixa etária avaliada pelo capital e o seu interesse de

---

<sup>9</sup> Nesse nosso arcabouço teórico estão se estabelecendo diálogos disciplinares e interdisciplinares com outras ciências sociais, assim como abrindo as reflexões para áreas atingidas pelo avanço do agrohidronegócio em países como Colômbia, Argentina e México.

valorização. Do outro lado estão as gerações indesejadas, “condenadas pelo capital à inatividade obrigada e à perda da sua humanidade” (p. 802). O conflito de gerações é a expressão da luta das idades construída social e historicamente, quer dizer, é produto das mediações de segunda ordem do sociometabolismo do capital.

Nisso concordamos com Bourdieu (2003) no tocante a que às “classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma *ordem* à qual deve se ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar” (p. 152, grifos do autor). Porém, a idade é um dado que agrega os grupos etários da classe trabalhadora, os quais se relacionam como *gerações* através da sua experiência social e cultural do tempo e do espaço (MARGULIS; URRESTI, 2008).

A classificação dos grupos etários nomeia os ciclos vitais da mercadoria força-de-trabalho, nos quais encontrasse a juventude, infância e velhice. Ao apontarmos nessa relação entre a idade biológica e a idade social, sinalizamos as formas como o capital e o Estado, exercem uma relação de poder para controlar as “faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2013, p. 285).

Por conseguinte, ao ressaltarmos a questão geracional na análise da contradição capital x trabalho, a juventude rural comparece tanto como geração útil, quanto indesejada, tecendo as disputas atreladas ao controle do trabalho e seus desdobramentos. Consequentemente, a juventude comparece como mais um dos eixos da diferenciação social que fazem parte da interseccionalidade das relações de classe, enfoque que vai além do tratamento fragmentado das categorias de sexo/gênero, raça, etnia, idade, e potência a utilização e combinação destas categorias segundo a realidade analisada, transformando-se em instrumento analítico e de luta política (HIRATA, 2014, p. 66).

Reiterando, teremos como prioridade analisar as condições no Século XXI das determinações impostas pelo capital à juventude rural, focando na reestruturação do capital e a junção de antigas e novas condições e contradições do desenvolvimento, sobretudo no tocante ao agrohidronegócio e suas formas de exploração e controle do trabalho.

Esse interesse nos auxilia na compreensão das novas formas de subjetivação, as quais segundo Alves (2007), a partir dos anos 1990 passaram a aprofundar o estranhamento da classe trabalhadora. Nesse processo, os jovens têm um papel fundamental ao ser alvo da “produção e reprodução de novos valores morais e emocionais adequados a um novo (e precário) mundo

do trabalho”. Essas novas subjetividades fazem parte das inovações sociometabólicas para garantir o controle social, tanto nos espaços de trabalho, quanto na vida cotidiana através dos “valores fetiche” (ALVES, 2007, p. 203). Isto é, a configuração de formas de sociabilidade ancoradas na individualidade extrema, baseadas na ansiedade do consumo, os medos à precarização da vida, a negação do modo de vida de origem social, no caso o camponês de comunidade tradicional, e a atitude para se mobilizar pelos territórios das corporações.

Essas condições/contradições produzidas no âmbito das inovações sociometabólicas, também exigem analisar os limites sociais do ciclo vital definido como juventude, com expressão na faixa etária. O principal meio para definir esta são as políticas públicas nacionais, que nas últimas décadas têm sido influenciadas pela globalização das políticas da UNESCO, CEPAL e FAO. Esse marco temporal vai nos possibilitar compreender e criticar os esquemas com que o capital e o Estado exercem poder para visibilizar ou negar à juventude rural. Assim, poderemos dar conta das expressões sociais e espaciais que expressam tanto a exploração do trabalho, como as resistências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARAÚJO, R. Apontamentos sobre o trabalho e a emergência do metalúrgico jovem adulto-flexível no ABC Paulista. In: ALVES, G.; ESTANQUE, E. **Trabalho, juventude e precariedade**. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2012. p. 159-188.

BARTRA, A. Campesindios: formación del campesinado en un continente colonial. In: BARTRA, A. **Tiempos de mitos y carnaval. Indios, campesinos y revoluciones de Felipe Carrillo Puerto a Evo Morales**. México D.F.: Itaca PRD-DF, 2011. p. 115-146.

BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa? **Conferência apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.**, 1994. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_01.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BOURDIEU, P. La juventud no es más que una palabra. In: BOURDIEU, P. **Sociologia y Cultura**. México: Grijalbo, 1990.

BOURDIEU, P. A "juventude" é só uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 151-162.



CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Brasília: IPEA, 1998.

CASTRO, E. et al. A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. In: VOMMARO, S. V. A. Y. P. A. **Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas**. Buenos Aires: Homo Sapiens ediciones, 2010. Cap. 2, p. 89-112.

CASTRO, E. G. D. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciencias sociales niñez y juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, Jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GÓMES, P.; CORRÊA, R. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-140.

FAO. **Rural Youth Employment in Developing Countries: a global view**. Roma: FAO, 2010.

GAUDEMAR, J. P. D. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, Junho 2014.

KESSLER, G. Juventud rural en América Latina. Panorama de las investigaciones actuales. In: BRUNIARD, R. (.). **Educación, desarrollo rural y juventud: la educación de los jóvenes de provincias del NEA y NOA en la Argentina**. Buenos Aires: UNESCO-IIEP-FIDA, 2007. p. 16-67.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. **La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 13-31.

MARIN, J. O. Juventud Rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios sociológicos**, México, v. XXVII, num 80, p. 619-653, Mayo-Agosto 2009.

MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OIT. **Tendencias mundiales del empleo juvenil 2013: Una generación en peligro**. Ginebra: OIT, 2013.

OSORIO, F. E.; JARAMILLO, O.; ORJUELA, A. Jóvenes rurales: Identidades y territorialidades contradictorias. Algunas reflexiones desde la realidad colombiana. **Boletín del Observatorio Javeriano de Juventud**, Bogotá, n. 1, 2011.

PIÑEROS, R. **Juventudes rurales en el Sumapaz Cundinamarqués. Trayectorias sociales y relatos de vida**. Bogotá: Universidad de Cundinamarca, 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A. (.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, v. II, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos**. 2009. 985f. Tese (Livre Docência em Geografia do Trabalho) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2009.

\_\_\_\_\_. **Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe)**. México: CLACSO. 2012. p. II Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural: disputas territoriales, campesinos y decolonialidad CLACSO.

VASSAPOLO, L. **Por uma política de classe. Uma interpretação marxista do mundo globalizado**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

Submetido em: 19 de setembro de 2016

Aceito em: 19 de dezembro de 2016